

Arquitetura, digo, não-arquitetura

Otávio Leonidio

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio

Contato: leonidio@puc-rio.br

“O que isso tem a ver com arquitetura?”

Ouvi essa pergunta inúmeras vezes ao longo dos últimos anos, sempre em bancas de trabalho final de graduação/TFG de orientandas e orientandos meus. A pergunta nunca me pareceu impertinente. Ao contrário, sempre julguei que colocá-la – ali, diante de futur@s arquitet@s – era uma obrigação dos membros da banca examinadora. Uma banca de TFG é, afinal de contas, uma instância decisiva na formação de tod@s aquel@s que pretendem estar habilitados ao exercício da arquitetura – da boa prática da arquitetura.

No entanto, sou obrigado a reconhecer que boa parte dos TFGs que orientei ao longo dos últimos anos tem muito pouco a ver com a boa prática da arquitetura. A evidência não me incomoda. Praticamente tudo que estudantes de arquitetura fazem ao longo dos cinco ou seis anos de faculdade se relaciona – em tese, pelo menos – à boa prática da arquitetura.

O que eu tenho tentado fazer, junto com minhas orientandas e orientandos, é no entanto o oposto disso: em vez de consolidar, meu propósito é desestabilizar e em certa medida afrontar a boa prática da arquitetura. E não há como não reconhecer: o que nós fazemos é algo eminentemente destrutivo.

Uma vez mais, não vejo motivo para embaraço: se o que entendemos por arquitetura se relaciona em maior ou menor grau com o que se entende por arte, então não vejo como se possa censurar a opção por injetar no

domínio da arquitetura um pouco do *pathos* auto-corrosivo que caracteriza a arte – em particular, a arte contemporânea.

De fato, quando se compara a arte e a arquitetura contemporâneas, o que sobressai é a teimosa indisponibilidade da arquitetura para – em contraste com a arte – colocar em questão seus fundamentos mais arraigados, seus axiomas mais caros, seus dogmas mais consagrados. Ora, que isso ocorra no domínio da prática, vá lá; que seja reproduzido integralmente no domínio do ensino, eis algo que me parece inaceitável.

Estou generalizando, é claro. Sabe-se muito bem que, aqui e acolá, existem escolas onde não se ensina apenas como projetar, mas também como colocar em questão a própria noção de projeto. Como não sou um estudioso de práticas de ensino, tendo sempre a associar essas experiências à figura de Peter Eisenman. Não poderia ser diferente, suponho. Afinal, Eisenman dedicou boa parte de sua carreira de arquiteto, teórico e professor à tarefa de afrontar a arquitetura – a encurrular a arquitetura nos espaços em que ela sempre se sentiu mais em casa.

Tenho por hábito ser generoso com Eisenman, está visto. E a principal razão disso é que encaro Eisenman como uma figura particularmente melancólica. Por quê? Por ter tentado conjugar, de um lado, o aspecto essencialmente construtivo (uso a palavra também no sentido do vínculo com as vanguardas construtivas) da arquitetura e, de outro, o *pathos* auto-corrosivo que por regra só se encontra na filosofia e na arte. Não é puro acidente que

Eisenman tenha passado a vida toda tentando construir pontes que conectassem o território da arquitetura aos campos da filosofia e da arte contemporâneas – uma atitude sintetizada nas parcerias intentadas (e fracassadas) com dois ícones do pensamento e da arte contemporâneos: Jacques Derrida e Richard Serra. Do mesmo modo, tampouco me parece acidental que, como projetista, Eisenman tenha colhido ao longo de sua longa carreira uma extensa coleção de fracassos. Bem feito!

E no entanto, o que seria da arquitetura contemporânea sem os fracassos de Eisenman? O cinismo de Koolhaas, sozinho, jamais nos bastaria; faltar-nos-ia sobretudo aquele incansável auto-questionamento, aquele didatismo exemplar, aquela disponibilidade para testar caminhos trilhados por outras disciplinas – a começar pelos caminhos percorridos pela arte nas décadas de 1960 e 1970, a arte de Donald Judd e Frank Stella, de Sol LeWitt e Joseph Kosuth, de Robert Morris e Robert Smithson.

Eisenman olhou para essas práticas e se perguntou: “why architecture resists developments that were taking place in other disciplines?”. Colocada por Eisenman, a pergunta soa retórica. Afinal, como ele bem sabe, se a arquitetura resistiu ao tipo de experimentação levado a diante por outras disciplinas, foi pela simples razão de que ela nunca esteve disposta a desestabilizar suas próprias fundações. A essa resistência congênita Eisenman associou, com muita razão, o conceito de Clássico Arquitetônico (uma ideologia, diga-se de passagem, que marcou tanto a arquitetura moderna quanto a contemporânea).

E aqui vou generalizar de novo. Reconheci acima a existência de escolas que eventualmente se propõem a colocar em questão os fundamentos da arquitetura. Pois bem: minha sensação é a de que tais experiências simplesmente inexistem no Brasil. O que eu vejo, ao contrário, são escolas que não querem nem ouvir falar daquilo que não se vincula à boa prática da arquitetura, que não veem qualquer sentido em colocar a arquitetura lado a lado deste fantasma chamado não-arquitetura.

Há quem implique com a tendência atual de se dizer “não-isso” e “não-aquilo” (como no caso de “não-lugar”, para lançarmos mão da expressão cunhada por Marc Augé). Eu, ao contrário, gosto muito da fórmula. Por

quê? Porque ela explicita algo bastante óbvio e quase sempre esquecido, a saber: uma denominação categorial como “arquitetura” supõe também, e talvez mais do que tudo, um sem-número de interdições tácitas. Quer dizer, toda vez que nos referirmos à “arquitetura”, mais até do que as práticas e dispositivos inerentes à arquitetura, temos presente tudo aquilo que, por princípio, deve ser excluído do universo da arquitetura – quer dizer, todas aquelas práticas e dispositivos que não pressupõem, por exemplo, o conceito operativo de “escala humana” –, para citar um exemplo bem óbvio.

Ora, dentre as inúmeras lições a serem retiradas da arte das décadas de 1960 e 1970 – em particular a arte de Robert Smithson – uma se destaca, a saber: a compreensão dos limites e interdições que o realismo/naturalismo clássico-moderno sempre impôs à faculdade da imaginação. A gigantesca contribuição de Smithson para a arte contemporânea reside precisamente aí: em franca oposição ao realismo que assolou a arte pós-minimalista, na virada da década de 1960 para a década de 1970 (na esteira da pregação estruturalista/fenomenológica de Robert Morris) Smithson empunhou a bandeira da “ficção” – mais especificamente, uma ficção que pressupunha, por exemplo, que um lugar poderia ser tanto um “lugar” quanto – pasmai arquitetas e arquitetos, construtores de lugares – um “não-lugar”.

E é justamente aqui, nesse ponto de colisão com o pensamento de Smithson, que minha identificação com Eisenman ganha um limite. Pois seu apego tanto à tradição arquitetônica – seu vitruvianismo insuperável –, quanto à tradição construtiva jamais permitiu que ele levasse às últimas consequências a ponte lançada em direção à arte contemporânea, em especial o minimalismo e a arte conceitual. Em vez disso, ele foi buscar abrigo na obra essencialmente mundana, declaradamente anti-ficcional e – como deixou claro recentemente Hal Foster – eminentemente arquitetônica de Richard Serra (não por acaso, o escultor contemporâneo mais admirado por arquitetas e arquitetos). Ora, o que Eisenman buscou em Serra foi tudo menos o outro da arquitetura; foi, ao contrário, a boa e velha arquitetura. Foi essa uma escolha consciente? Pouco importa. Quem falou mais alto, em todo caso, foi o inconsciente arquitetônico.

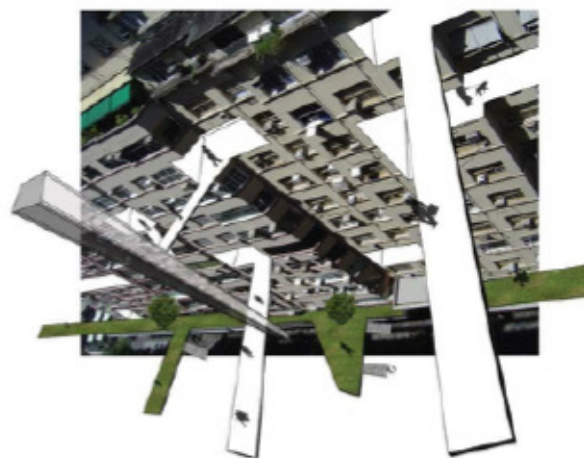
Quanto a mim, sigo apostando em Smithson, cujas ideias, ao lado das de Foucault, têm fundamentado boa parte dos TFGs com os quais me envolvi nos últimos anos. Para ser mais específico: de Foucault, procuro retirar os princípios básicos da análise do discurso, em especial a evidência de que todos os dispositivos (linguísticos e gráficos) com os quais arquitetas operam são expressões de ideologias, no sentido de reiterar sistemas de valores e sobretudo de dominação específicos. De Smithson, por sua vez, busco extrair sobretudo o compromisso com a desnaturalização dos espaços da existência, a determinação em ficcionalizar os inúmeros espaços da vida, a começar por “lugares”, “sítios”, “ambientes” e “paisagens”. (como se vê, minha proposta pedagógica não se quer apenas destrutora: o que tenho pretendido fazer, em parceria com um grupo inquieto e petulante de formandas, é colocar de pé, bem no centro da escola de arquitetura, o par dialético – dialético no sentido de Smithson – Arquitetura/Não-Arquitetura).

O resultado dessa empreitada está aí para ser visto e criticado: um conjunto de trabalhos que, não raro, não se furta a colocar em xeque os princípios mais básicos da arquitetura – em especial seu insuperável realismo. São ficções que, um pouco à maneira dos Não-Sítios de Smithson, ou se abrigam mal, ou não se abrigam de todos nos lugares convencionais da arquitetura.

Se julgo esses exercícios mais relevantes que TFGs mais convencionais (com destaque para os TFGs mais convencionais orientados por mim mesmo)? Claro que não, ora. Mas é animador ver que, ao lado de centros culturais, conjuntos habitacionais, escolas, hotéis, hospitais etc. surjam de vez em quando coisas diante das quais nos perguntamos, mais ou menos perplexos: o que isso tem a ver com arquitetura?

Ensaio sobre a cidade: uma quadra no Centro do Rio
Antonio Pedro S. L. Ribeiro Coutinho / Co-
Orientadora: Hélia Nacif Xavier

Este trabalho pretende ser um “ensaio”. Como a arquitetura consegue manusear e reestruturar a cidade a partir dos ambientes já definidos? Como trabalhar na tela sem que ela esteja em branco? A proposta é trabalhar na cidade construída, definida, carregada e latente. O objeto a ser ensaiado é uma quadra típica do centro da cidade do Rio de Janeiro, no Plano Agache. A cidade é vista como um empilhamento sucessivo de planos. A partir desta constatação assume-se a intenção de incorporar a verticalidade da cidade já construída à cidade do plano horizontal. A proposta é realizar um ensaio sobre um centro urbano de uso misto, onde se consiga atingir uma nova maneira de se relacionar com o uso privado e o público, com o vizinho, com a formação de comunidades, associações e inter-relacionamentos sociais e pessoais. Pretende-se produzir um sistema aberto, capaz de “desatar os nós” existentes e agir com menor rigidez entre os limiares do público e do privado, do dentro e do fora, do informal e do formal. Um sistema capaz de abranger situações diversificadas, fazendo parte de sua existência a diferença. Aceita-se a cidade real, conturbada, informal e deficiente. A partir desta, propõe-se a cidade transfigurada e revista. O papel do projeto está na proposta das trocas, das negociações; na desterritorialização do campo no intuito de redividir, de equalizar os usos; no entendimento socioeconômico do centro de uma cidade brasileira. Parte-se da constatação de que tudo está preenchido, e o que está em jogo é alcançar uma maneira de fazer com que a cidade respire. Derruba-se a configuração da cidade moderna e antiga, pré-estabelecida pelo lote e quadra determinada. Tenta-se uma nova maneira de se operar arquitetonicamente na cidade construída.



Imagens cedidas pelo autor.

Parque Arqueológico Bangu Carolina Maia Piccolo

O projeto Parque Arqueológico Bangu surgiu do reflexo vindo da relação entre realidade, linguagem, poder/governo, lugar e a própria disciplina arquitetura e

urbanismo. Procurei tratar da associação entre o controle do saber e as dinâmicas espaciais da cidade, no ordenamento que existe na definição dos lugares. Dessa forma, foi entendido que nosso acesso à realidade, compreendida como a representação simbólica de um real inacessível em sua totalidade, se dá no campo imaginário e simbólico através da linguagem, então em que ponto essa realidade deixaria de ser considerada ficção?

Qualquer discurso ou expressão de linguagem poderia ser uma ficção, uma vez que a linguagem não pode alcançar o real em sua totalidade. No campo da arquitetura e urbanismo, especificamente, foi proposto desnaturalizar a maneira de intervir no espaço, como forma de debater o discurso que antecede e estrutura sua formalização. Foi pretendido criar uma própria lógica espacial em que realidade e ficção se confundiam. O projeto foi a criação de um sítio arqueológico, dentro da Pedreira Bangu no Rio de Janeiro, a partir de entulhos de obras em geral e das próprias remoções ocorridas no Rio de Janeiro. O resultado esperado era gerar uma paisagem em constante mutação a partir de uma movimentação de terra. A criação de um lugar ausente de sentido comum permite diferentes sensações de estranhamento. A lógica apresentada através do sítio arqueológico surge como forma de ordenar a abstração proposta. O intuito era gerar imaginação, confrontar a realidade óbvia, ficcionalizar e ressignificar o lugar.

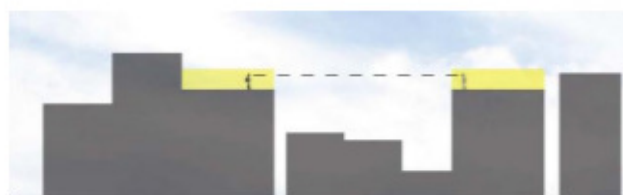


Imagem cedida pela autora.

Percursos Urbanos em Botafogo

Catarina Schlee Flaksman

É ao caminhar que observamos o movimento da cidade, que construímos uma percepção do mundo que nos rodeia. Dessa forma, é praticamente impossível dissociar o espaço público do ato de andar. A partir da ideia de deriva encontrada nos escritos de Guy Debord surge a proposta de criação de uma rede de percursos e situações capazes de proporcionar novas formas de apropriação e experimentação do ambiente urbano. Ao invés de se conformar com o sistema de mobilidade decorrente da tradicional malha urbana formada por quadras fechadas e ruas que as circundam, a proposta visa criar caminhos alternativos e proporcionar maior liberdade aos pedestres. O bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, é escolhido como estudo de caso devido à sua localização central, alta densidade e escassez de espaços públicos de qualidade. A partir de um extenso mapeamento das preexistências do bairro foi possível selecionar uma série de espaços subutilizados com potencial para integrar um novo percurso urbano. Muros, passagens cobertas, construções inabitadas ou em ruínas, topos de edifícios, ruas sem saída e estacionamentos tornam-se possíveis locais de intervenção capazes de conectar, física ou visualmente, partes do bairro até então distantes ou inacessíveis. Por fim, a proposta tem como objetivo sugerir novas ocupações do espaço urbano e transformar a vivência da cidade.



Imagens cedidas pela autora.

Discurso de uma Intervenção

Luisa Xavier Adornes

Discurso de uma Intervenção desvela as forças que envolvem as dinâmicas da cidade. Nele, exponho um modelo de intervenção urbana de Revitalização que está na ordem do dia das políticas urbanas. Tais projetos, sobretudo em áreas centrais e portuárias, correspondem a determinada concepção de fazer cidade e esse tipo de ação torna explícito o sistema de valores que representa. Como objeto, pesquisei a região portuária do Rio de Janeiro onde ocorre, desde 2009, a implementação do projeto

Porto Maravilha (previsão de término em 2030)¹. Do projeto, o que aponto é que essa intervenção é manifestada e justificada por um Discurso, onde me aproprio da conceituação explorada por Michel Foucault², que diz que toda prática discursiva é a comunicação de um conteúdo, concebido enquanto instrumento de poder e controle social. O conteúdo que identifiquei nesse caso chamei de Discurso do RE e ele justifica a intervenção, e especificamente, caracteriza certa realidade do lugar com um posicionamento capaz de projetar soluções para demandas que ele próprio sugere. A crítica e o enfoque são dados aos imperativos sobre os quais esse Discurso se sustenta, o que resulta em uma releitura sobre os aspectos da intervenção. Nesse exercício, apreendo que a necessidade da criação desse projeto é circunstancial... Concluo, fazendo a representação desse evento urbanístico no registro dos 'Monumentos Efêmeros do Discurso do Re', entendendo-o como uma narrativa simbólica efêmera.



Discurso do RE.



Monumento efêmero "O Tapume". Imagem cedida pela autora.

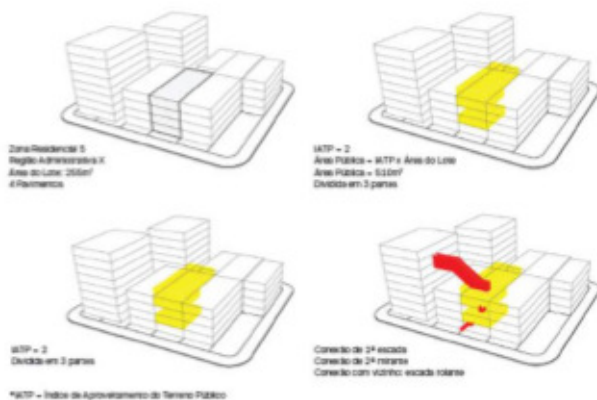
Intervenção Viral no Rio de Janeiro – O caso Occupationvitavírus Clara Benevenuti

O trabalho se inicia com o questionamento das relações antitéticas criadas na arquitetura e que até hoje constituem a base desse campo de conhecimento como: natural/ construído, figura/fundo, público/privado. Mas, como seria uma arquitetura que se preocupasse menos com os limites e mais com o espaço "entre"? Dessa forma, o trabalho busca encontrar o espaço "entre", considerando-o realmente tangível a partir da criação de um modelo de ocupação que opera no existente e é oficializado por novos parâmetros legais. Esse modelo não se limitará aos conceitos de espaço público/privado ou de ocupação formal/informal, e dessa forma, serão criados espaços complexos, rizomáticos, inesperados, e algumas vezes, paradoxais, que refletirão, também, no conceito de área comum e área privativa. O objeto de estudo escolhido foi o Porto Maravilha no Rio de Janeiro. Com a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, é criada uma série de novas leis complementares para fazer da zona portuária da cidade o centro dos acontecimentos

¹ Lei Complementar nº 1.101 de 23 de novembro de 2009 que institui a Operação Urbana Consorciada da Área Especial Interesse Urbanístico da Região do Porto do Rio.

² Foucault, Michel. 2006 (1970). A ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola

olímpicos. Nasce daí, o Porto Maravilha. A partir do entendimento dessa nova engrenagem, pode subvertê-la criando novos parâmetros urbanísticos que modificariam totalmente a compreensão da cidade formal. Esses novos parâmetros surgem a partir da contaminação de um vírus ficcional que transforma espaços privados em públicos, e são firmados por novas leis. Occupationovitasvirus vem do latim e significa “vírus da nova ocupação”. A primeira contaminação do vírus acontece no Porto Vida, empreendimento habitacional falido e abandonado, no Porto Maravilha, no qual o vírus surge como uma solução. A proposta de intervenção é um trabalho imaginativo e instigador que não tem relação direta com a realidade. Ficcionaliza o que é a arquitetura produzindo uma outra arquitetura que não aceita o que já é naturalizado.



1. Processo de implantação dos novos parâmetros urbanísticos: O processo representado acima em terreno fictício busca subverter a lógica naturalizada em função de parâmetros urbanísticos não formais e não definidores do espaço. Perde-se o sentido físico e rígido de público e privado. É uma nova concepção de cidade, na qual o livre e o espontâneo aparecem com mais força. Os caminhos para se chegar de um ponto a outro agora são inúmeros, possibilitando encontros inesperados e a exploração da cidade por outra perspectiva que não só o térreo pedonal ao qual sempre fomos reduzidos. Imagem cedida pela autora.

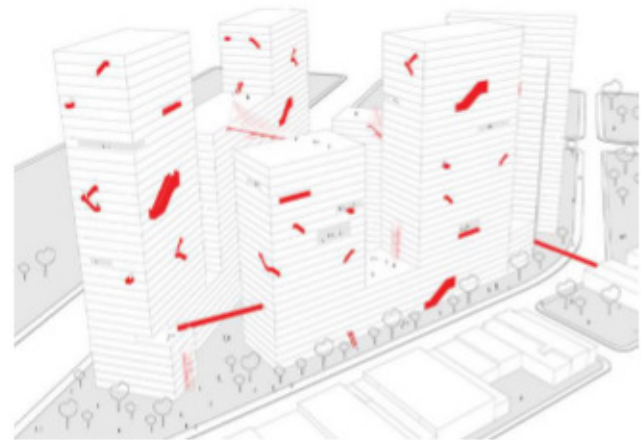


Imagem 2: Contaminação do Porto Vida pelo Occupationovitasvírus: A imagem acima ilustra o empreendimento imobiliário Porto Vida, objeto de estudo, após a contaminação pelo Occupationovitasvírus. Em vermelho, observam-se inúmeras novas conexões internas que complexificam os trajetos e aumentam as conexões internas e externas. Essas conexões podem ser escadas, elevadores, escadas rolantes, esteiras rolantes, pontes ou mirantes. Imagem cedida pela autora.

Infraestrutura Dialética

Luisa Schettino

O trabalho investiga a ideia de que a infraestrutura urbana como arquitetura pode identificar novos caminhos para a ocupação do território. Se a paisagem é um campo fundamental ao desenho urbano, é também o espaço onde se questiona o que julgamos interessante transparecer na construção da cidade. Nesse exercício, o potencial para a produção aquícola em associação ao tratamento de esgoto é o instrumento para uma reavaliação crítica sobre os pré-conceitos associados ao desenvolvimento urbano de Armação dos Búzios. Nas interseções que resultam de uma implantação em malha (imagem 01), o programa, que tem origem no mar, é emancipado para poder assumir outros significados na organização do território. Define-se, portanto, uma série de atividades que recriam nossas concepções sobre o lugar. Na imagem 02, a estrutura de concreto a beira da estrada ressalta a existência do brejo e a variação do nível de suas águas, uma paisagem alheia às imagens-síntese de Búzios. Em um contexto onde a imagem da cidade é

mascarada por contradições, a “Infraestrutura Dialética” atua na subversão das oposições entre natural e antrópico, pitoresco e urbano, limpo e sujo, feio e belo, oculto e visível. Seu objetivo é oferecer um novo ângulo para motivar a urbanização. A implantação em malha de 15x15km conecta a estação de esgoto ao mar abrigado da costa norte de Búzios. A área de intervenção impõe um sistema de organização territorial que ignora os limites entre terra e mar, península e continente. Esta maneira de projetar com diagramas, sem valores formais preestabelecidos, permite um processo de teste e experimentação sobre as inúmeras oportunidades que surgem. Os anéis de concreto ressaltam a variação do nível da água e convidam àqueles que chegam à cidade de automóvel para conhecer as paisagens que não se encontram nos guias turísticos, mas caracterizam o ambiente natural de Búzios.



Imagem 1: implantação.

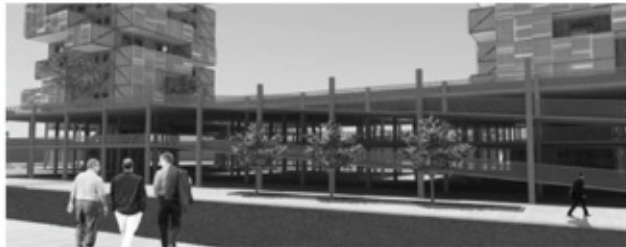
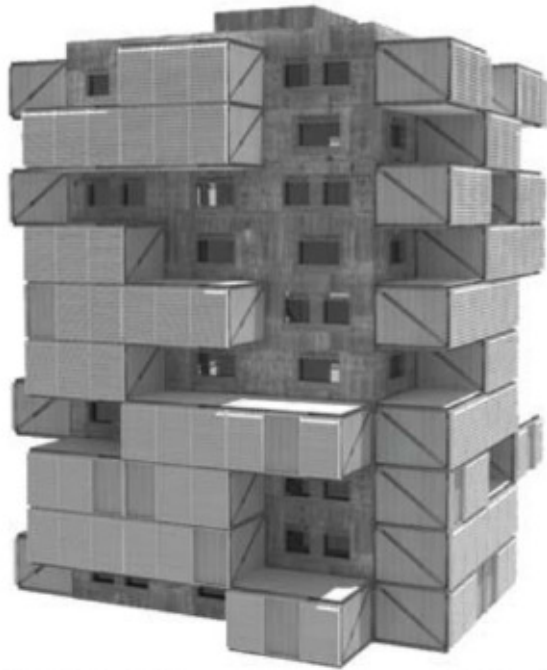


Imagem 2: tanques estrada. Imagens cedidas pela autora.

Arquitetura prisional: a prisão como estratégia de ocupação

Luiza Borges

A atual situação do sistema prisional brasileiro é caótica. Temos a terceira maior população carcerária do mundo e um déficit de mais de 300 mil vagas. Mesmo construindo novas unidades, esse déficit dificilmente será sanado porque o espaço prisional não é pensado como um sistema que funcione a favor de sua — crescente — demanda. Este espaço também não possui uma reflexão arquitetônica que trabalhe as especificidades de seus diferentes estabelecimentos prisionais — cadeia pública, presídio, colônia agrícola/industrial e casa de albergado. Dessa forma, é evidente a necessidade de se pensar e desenvolver soluções para o sistema penitenciário. O objetivo desse projeto é trabalhar o espaço prisional como um sistema arquitetônico flexível, replicável e temporal. E também a sua inserção no meio urbano de forma infraestrutural gerando novos fluxos e pontos de interesse. É proposto um novo sistema de edificação para a casa de albergado. Um sistema replicável, flexível e adaptável a vários contextos. É elaborada uma estratégia de ocupação e proliferação em um terreno no centro do Rio de Janeiro. A sobreposição desses dois sistemas — estruturalmente complementares — gera uma infraestrutura que conecta diferentes fluxos de pessoas neste terreno, criando um novo espaço urbano de interesse. O projeto segue três lógicas: Impermanência: por se tratar de um espaço de transição entre a vida prisional e a volta a sociedade. Assim como o fluxo de presos também se modifica. Flexibilidade: para se adaptar aos diferentes usos e necessidades da população que ali estiver. E ir se modificando caso essas necessidades também mudem. Visibilidade: para deixar essa instituição à mostra e localizá-la em um dos lugares mais movimentados da cidade, para que a população acompanhe suas transformações e delas participe também.



Imagens cedidas pela autora.

Sobre estar no mar

Maria Isabel Palmerio

Pré-sítio: um lugar definido por margem e horizonte. Ou melhor, um não-lugar contido e contenedor de margem e horizonte. Categorias mais bem fenomenológicas. Passados mais de oito anos, os temas que nortearam meu TFG, continuam sendo lugares de inquietação. Como a relação que busquei, e busco, entre processo e produto em negação ao sucesso do projeto de arquitetura enquanto resolução final; e a prática como epistemologia: um modo de produção de linguagens formais análogo a estruturas narrativas e teóricas de construção de conhecimento. “É curioso como o processo é uma analogia para a formalização, mais próxima, que cheguei

do projeto.” (Imagem 2), como dito no meu TFG, “Estar no Mar”. A errância do próprio processo traduziu-se nos esboços projetuais. “Estar no mar” também se moveu por questões sobre a mediação que arquitetura faz entre corpo, lugar, tempo e espaço. Um intermediário da experiência de um corpo movente, como a arquitetura da promenade, ou como objeto de contemplação e mediação. Que corpos pode a arquitetura sugerir? Qual é a disposição do projeto de arquitetura para experimentação de subjetividade e psicofísica de quem a coabita? É claro, hoje, que estar no mar foi um modo de ampliar o que é a matéria do projeto de arquitetura. Que não se constituísse apenas de necessidades objetivas, mas também subjetivas, políticas e contingentes. Que não visa uma solução, mas bem, a promoção de possibilidades de ocupação.



Imagem 1: Que corpos pode a arquitetura sugerir?

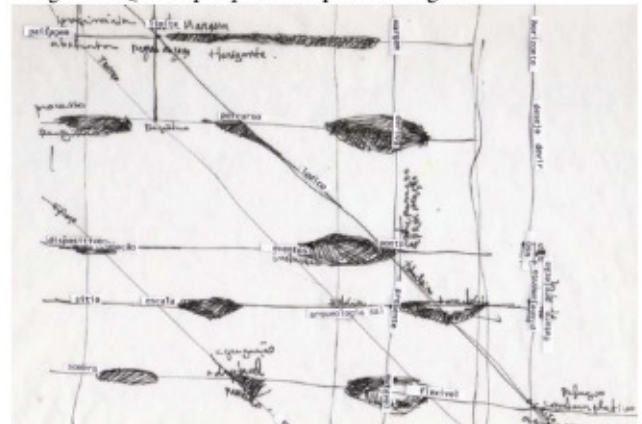


Imagem 2: Cartografia: pensamento e paisagem a um só tempo. Cedidas pela autora.

Non – Park

Manuela Muller

O Non Park toma a negativa como forma de romper com os possíveis programas de parque até então estipulados, repensando criticamente o espaço do extinto aterro controlado de Jardim Gramacho (RJ). Para criá-lo foi preciso elaborar o não- programa, que determinaria certa indefinição programática. A combinação entre infraestrutura e ocupação casual de atividades tem como objetivo projetar vazios oportunos, para produzir encontro e reunião. A proposta de apropriação do Non Park tem vínculo imediato com as necessidades do bairro, instando o público a criar suas próprias atividades. Tal interatividade é possível graças a infraestruturas flexíveis que preveem uma constante sobreposição e renovação das práticas exercidas. Essa permanente mudança é o principal motor de vitalidade do projeto. Rompendo com o procedimento projetual linear em que o resultado da problematização identificada na análise é uma solução fechada e definitiva, foram determinados cenários distintos e mutáveis, tornando o processo ramificado e cíclico. Ao contrário do masterplan, as hipóteses de apropriação do espaço surgem como um sistema aberto, funcionando como antecipação de como pode ocorrer a construção progressiva do Non Park. A partir da análise do local, identificam-se duas vertentes de ocupação no território: radial e axial. Essas vertentes servem de partido para o desenvolvimento dos cenários (fotomontagem 1 e 2). As hipóteses obedecem a regras comuns, mas, também, a regras específicas e independentes.



Fotomontagens 1 e 2. Imagens cedidas pela autora.

Margens e Pontes

Vitor Garcez

Um projeto que propõe uma intervenção de escala paisagística na área localizada entre os bairros de Ipanema e Leblon, no Rio de Janeiro. Partindo das camadas de memória como método de trabalho, foi realizado um levantamento cartográfico organizado em dois conjuntos de mapas. O primeiro (imagem 1) representa a formação geológica, ao longo de centenas de milhares de anos, do cordão de areia (restinga) onde se assentam os dois bairros. O segundo conjunto de mapas (imagem 2) registra a evolução da ocupação urbana da área, que foi loteada a partir de 1919, e que, após o aterro de parte do espelho d'água da Lagoa, abriu espaço para novos lotes urbanos. Esses lotes tardios, de maior porte e diferentes do tecido urbano anterior, foram cedidos a clubes privados ou ocupados por edifícios residenciais, o que criou zonas problemáticas. A partir de tais mapas, proponho a possibilidade de habitar poeticamente aquele território como há milhares de anos, quando a própria restinga ainda estava em formação. Essa intervenção seria composta de duas operações principais: (1) o alagamento do atual Jardim de Alah e alargamento do canal, com a retomada de parte da área que foi aterrada ao mar e à lagoa; (2) a criação de um sistema de pontes sobre o espelho d'água que tanto serve à circulação de pedestres e veículos quanto se torna lugar para experiências singulares na paisagem urbana (imagem 3).



Imagem 1. Imagem cedida pelo autor.

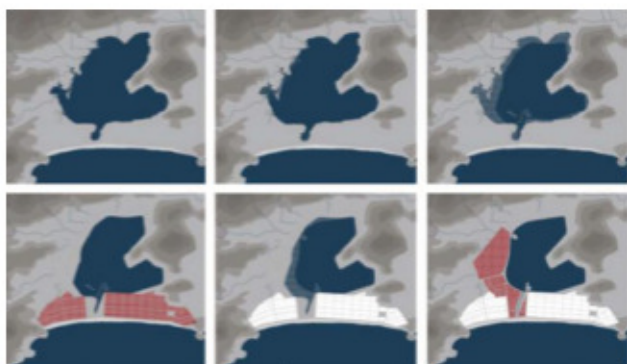


Imagem 2. Imagem cedida pelo autor.



Imagem 3. Cedidas pelo autor.